

NEONAZISMO E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA¹

NEO-NAZISM AND DEMOCRATIC TRANSITION: THE BRAZILIAN EXPERIENCE

Leandro Pereira Gonçalves²
Odilon Caldeira Neto³
Guilherme Ignácio Franco de Andrade⁴

Palabras clave

Extrema-direita,
Neonazismo,
Transição
democrática

Recibido

18-7-2017

Aceptado

15-9-2017

Resumen

Após o fim do período de regimes autoritários de direita, a América Latina experimentou um período de democratização política. Em cada contexto nacional, esse processo decorreu com suas implicações, ainda que existissem similaridades em marcos temporais e característica gerais ou particulares. Neste trabalho, nosso objetivo é investigar quais foram as principais estratégias utilizadas pela extrema-direita neste campo político e contexto histórico, incluindo a meta eleitoral. Esta questão será analisada a partir do neonazismo durante a transição democrática, abordando as suas diversas estratégias e campos de atuação, que incluem as culturas juvenis urbanas, a literatura antissemita e negacionista e as tentativas de organização de partidos políticos, com particular ênfase analítica no aspecto brasileiro.

Key words

Far-right,
Neo-Nazism,
Democratic
transition

Received

18-7-2017

Accepted

15-9-2017

Abstract

After the end of the period of right-wing authoritarian regimes, Latin America experienced a period of political democratization. In each national context, this process proceeded with its implications, although there were similarities in temporal, general or particular characteristics. In this paper, our objective is to investigate the main strategies used by the extreme right in this political field and historical context, including the electoral goal. This issue will be analyzed from neo-Nazism during the democratic transition, addressing its diverse strategies and fields of action, which include urban youth cultures, anti-Semitic and the Holocaust denial literature also the attempts to organize political parties, with a particular analytical emphasis in the Brazilian aspect.

1 Esta pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Brasil (Universal 2014).

2 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. leandro.goncalves@pucrs.br.

3 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. odiloncaldeiraneto@gmail.com.

4 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. guilherme_andrade@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O neonazismo, no Brasil, pode ser entendido tanto como uma forma ligeiramente organizada de atuação política, mas sobretudo como estratégias e ações de reação aos processos de democratização e de ampliação da cidadania. Embora o nazismo “clássico” do entreguerras tenha existido sob formas eficazes e relativamente populares a partir das células partidárias em alguns estados brasileiros, o nosso objetivo é analisar as variadas formatações que o neonazismo empreenderá a partir do processo da redemocratização após o fim do regime militar.

Tomando como inspiração o nazismo no entreguerras, o que une formas tão diversas como grupos *skinheads*, projetos de partidos políticos e literatura negacionista? Mais do que um projeto uníssono, é este referencial –ou os referenciais– trazidos do nazismo e do fascismo histórico, como o antissemitismo, a simbologia *nazi*, a negação do holocausto, etc. Assim, como neonazismo entende-se a tentativa de rearticulação de pressupostos do nazismo em formas diversas, não necessariamente conjuntas ou articuladas sob uma única organização política.

A unidade existe, sobretudo, ao tomar o nacional-socialismo do entreguerras como referencial (simbólico, político, imaginário, etc.), assim como um “antídoto” à ampliação da cidadania no Brasil, estando esse processo aliado à redemocratização e, em última instância, à própria modernidade. Dessa maneira, o neonazismo é compreendido aqui, como uma manifestação dentre as diversas expressões da extrema-direita brasileira, que é composta por outras tendências neofascistas (como o neointegralismo, por exemplo), defensores do regime militar, etc.

O que une e também diferenciam essas expressões não são somente as tentações antidemocráticas, mas também o nacionalismo excludente e hierarquizante que, em alguns casos, está baseado na xenofobia, no racismo e no antissemitismo, assim como na oposição às esquerdas e ao liberalismo, tidos como elementos de modernidade em contrariedade às tradições imaginadas ou idealizadas por esses grupos. (Billig 1992)

No entanto, se o neonazismo está inscrito em amplitude transnacional, o nosso objetivo é observar as dinâmicas de articulação dessas tendências, em suas especificidades e em relação à conjuntura brasileira. Em outras palavras, como os neonazistas utilizaram dessa nova formatação política nacional.

No decorrer do processo da transição democrática no Brasil, assim como durante a agitação social e política nos anos 1980, ocorre o surgimento e a ascensão de inúmeros grupos políticos de vertentes ideológicas diversas, em dimensão que cobria todo o espectro político. Apesar desse fenômeno não estar dissociado por absoluto de contextos internacionais –em que, indubitavelmente, a principal referência era o declínio da URSS e a queda do Muro de Berlim– o caso brasileiro traz algumas particularidades, muito em conta ao processo de redemocratização, assim como quais os impactos desse processo para tendências políticas de diversas clivagens.

Na realidade, mais do que o anseio por institucionalização de organizações já existentes e atuantes durante o período final do regime autoritário, a nova ordem política brasileira coincidiu e proporcionou novos personagens, atores e práticas sociais, impulsionados também pelo pacto de uma sociedade que se imaginava consensualmente democrática (Reis Filho, 2010) e, em tese, aberta a novas experiências. Organizações de trabalhadores, centrais sindicais, assim como uma miríade de movimentos sociais, que estavam até então alijados de inserção junto ao campo institucional do político, passam a almejar a representatividade ao fim do período de exceção (Sader 2001).

No entanto, a comoção em torno da construção da chamada “Nova República” brasileira consolidou um modelo de democratização que pode ser caracterizada como uma transição conservadora (Power 2000). Havia, aparentemente, uma situação paradoxal. Além dos legados autoritários institucionais, a transição democrática foi acompanhada pela continuidade da presença de elites políticas do período autoritário, não apenas na burocracia estatal, mas também em grande parte dos cargos eletivos.

Se este já seria um princípio paradoxal, ele se intensificou nos meandros do poder, em que a permanência desses atores políticos coincidiu com o fenômeno da “direita envergonhada” (Pierucci 1987), isto é, uma classe política em significativa parte historicamente ligada a uma ditadura de direita, mas que renegava essa filiação, muito em fruto do aspecto consensual da inexorabilidade democrática. Assim, a mais recente experiência democrática brasileira foi inaugurada pela concomitante permanência e(m) negação da direita política enquanto categoria classificativa e enunciatória.

Evidentemente, se a elite política vinculada ao regime autoritário compreendia a necessidade de adequação às novas condições políticas –o que compreendia também o processo de esquecimento de seu passado de sustentação ditatorial–, os radicalismos e extremismos de direita viriam a transitar entre duas composições majoritárias, que, todavia, não seriam mutuamente excludentes.

De um lado, a sensação de perda de representação, relegando essas tendências à condição de espécies de “órfãos políticos” em plano institucional. Em alguma medida, embora o regime autoritário não pudesse ser caracterizado como uma ditadura neofascista, as práticas de exceções da ditadura eram do agrado às diversas tendências da extrema-direita brasileira.

Por outro lado, os eventos acabaram por proporcionar a constituição de uma nova conjuntura e espaço para articulação política. Fosse pela vaga à direita recém-deixada livre ou então pela nova ordem democrática, tais elementos possibilitavam um maior terreno de atuação e interlocução, inclusive para organizações que defendiam agendas antidemocráticas e neofascistas, no caso, os neonazistas.

Dessa maneira, é nosso intento contribuir com a reflexão sobre as complexidades do fenômeno neonazista, apontando sobretudo para as especificidades do caso brasileiro, não apenas em razão da expressão antidemocrática em um país de tardia redemocratização, mas também pelas particularidades nacionais, como o mito da democracia racial brasileira, os fluxos migratórios internos, etc. Qual o espaço para o

neonazismo nesse contexto? Quais as formas de atuação e possíveis diálogos? Essas são algumas de nossas questões norteadoras.

Quando renasce a democracia brasileira, o mundo sofria com os impactos da crise das ideologias, um dos fatores culminantes para a progressiva implantação de perspectivas de livre mercado na economia, que no Brasil foram tomadas como pressupostos essenciais para o sucesso da transição política. O regime militar brasileiro, que foi inserido com um dos propósitos ao garantimento da adesão dos países latino-americanos ao bloco capitalista na Guerra Fria, chegara ao fim. No entanto, a beligerância entre EUA e URSS ainda produzia os atos finais.

A década de 1980, que foi cenário e reflexo de um período incertezas e transformações em escala global, com devidos impactos nos rumos da política brasileira, decorre de um processo de transição na conjuntura política nacional. Em 1974 o general Ernesto Geisel assumiu a presidência, implementando um processo de *lenta, gradual e segura* abertura política, concretizada pelo seu sucessor, general João Baptista Figueiredo. Ao assumir o poder em 1979, Figueiredo decretou a Lei de Anistia, o fim do Bipartidarismo, entre outras medidas que geraram o caminho institucional para a busca de autonomia política em diversos níveis. No período de 1983 a 1984 o movimento civil “*Diretas Já*”, passou a reivindicar eleições diretas no país.

No entanto, apesar de a intensa participação popular, a proposta não foi aprovada pelo Congresso Nacional. Mesmo assim, o momento marcou o fim do período ditatorial com a eleição indireta de um presidente civil, Tancredo Neves, extinguindo formalmente o regime militar em 1985, embora o “entulho autoritário” seria efetivamente removido a partir do processo da Constituinte de 1988.

Ao longo desse processo, durante a década de 1970 e em consonância ao âmbito do chamado “Milagre Econômico”, ocorreu uma onda migratória para os grandes centros urbanos, em especial ao Rio de Janeiro e São Paulo (Vale, Lima, Bonfim 2004). Na região do ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano), complexos industriais serviam de base para o desenvolvimento econômico do país e, conseqüentemente, ao fortalecimento dos movimentos sindicais além, claro, da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Esse contexto teve relação direta com a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), que contou também com apoio de diversos outros setores da sociedade, como das comunidades eclesiais de base e de intelectuais, que tiveram papel fundamental para o processo ideológico e de organização partidária. Além da fundação do PT, o período da redemocratização proporcionou a volta à legalidade de alguns partidos de esquerda, como os tradicionais Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

A EXTREMA-DIREITA, A NOVA ORDEM GLOBAL E O BRASIL

Com o ressurgimento das esquerdas, fosse como protagonistas ou coadjuvantes, qual o papel da extrema-direita? Em primeiro lugar, é necessário compreender que a hipó-

tese do surgimento do neonazismo, em escala global, datada do fim dos anos 1980 e do início da década de 1990, seria equivocada. Conforme afirmado anteriormente, uma das especificidades do caso brasileiro decorre justamente da redemocratização tardia, que juntamente a fatores de diversas ordens auxiliaram a fomentar esse surgimento. Somente a partir da transição democrática que ocorrerá, efetivamente, o surgimento de organizações neonazistas no Brasil.

Em nível internacional e principalmente europeu, existe um outro recorte temporal. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, houve o processo de reordenação (neo) fascista ou adequação aos novos tempos. O caso italiano é, sem dúvida, um exemplo da dinâmica ocorrida em grande parte da Europa Ocidental em vias democráticas. O *Movimento Sociale Italiano*, articulado como “sucessor” imediato do *Partido Fascista Italiano*, foi criado em 1946 e permaneceu ativo até 1995, quando foi transformado em *Alleanza Nazionale* (AN; 1995 - 2008).

Após março de 2009, a fusão entre AN com o *Forza Italia* de Silvio Berlusconi, culminou com o *Popolo della Libertà* (Marchi 2011). A imediata configuração neofascista deu lugar a novas tendências que podem ser descritas como pós-fascistas ou mesmo como radicalismo ou populismo de direita.

Ao mesmo tempo em que existiu a aceitação democrática por parte de antigas expressões da extrema-direita, destaca-se o clima de hostilidade criado durante o período da Guerra Fria, que fez com que as forças majoritárias do Ocidente fizessem “vistas grossas” a expressões neofascistas, pois seus membros e atividades eram úteis para o combate ao comunismo.⁵

Então, além de uma tendência que pode ter sido majoritária em determinadas localidades, caracterizada em grande medida pela gradual aceitação aos parâmetros da democracia e às estruturas da economia de mercado, em contrapartida ocorreu também a persistência de perspectivas efetivamente antidemocráticas, antiliberais, etc.

Assim, se havia uma via mais institucional destinada sobretudo à inserção no mercado eleitoral, existiu também aquela que buscava as práticas neofascistas além da efemeridade e normatização político-partidária, mas sim efetivamente de um estilo de vida alternativo (Laqueur 1996). É nesse contexto que teve início uma das principais expressões do neonazismo em amplitude internacional, os chamados *Skinheads White Power*, inicialmente no Reino Unido.

[...] entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, estavam vinculados, inicialmente, ao *National Front*, um partido político de caráter nacionalista e xenófobo, que os proveu por meio de sua organização juvenil, a *Young National Front*, com a estrutura necessária para a realização de eventos musicais e a produção de discos, na intenção de cooptar uma parcela da juventude que se identificava com seus ideais e ampliar os quadros de filiados. Entre estes jovens, destaca-se Ian Stuart Donaldson, membro do partido e fundador da *Skrewdriver*, banda que difundiu internacionalmente o ideário *White Power* em suas canções: o amor à raça e à terra natal, a aversão aos imigrantes e aos judeus e a simpatia pelo Nacional-Socialismo. (Almeida 2013, p.5)

5 Ver: Milza (1987), Winock (1994) y Vizontini (2000).

A transmissão entre fascismos e neofascismos (ou fascistas e neofascistas) –e sobretudo em sua variação mais radical (o neonazismo)–, também ocorreu no Brasil, embora em perspectiva temporal particular, assim como em relação às variações de sua composição social. Essa diversidade cabe, na realidade, como decorrência à inexistência de um núcleo aglutinador da articulação política.

Esta é, inclusive, uma característica não apenas do fenômeno em dimensão brasileira e latino-americana, mas do neofascismo de uma maneira geral, onde a inexistência de uma rigidez normativa e institucional dá lugar à multiplicidade de iniciativas que podem inclusive ser divergentes em suas práticas (Laqueur 1996). É uma característica que surge a partir do declínio dos fascismos do entreguerras, e se desenvolve, a partir dessa miríade, como forma de manutenção das socializações e ramificação dos pressupostos ideológicos elementares (Griffin 2010).

No caso brasileiro (e, com algum esforço, em relação a alguns países da América do Sul), é possível analisar esse fenômeno a partir de três núcleos centrais e suas interações. O primeiro deles é caracterizado pela atividade de culturas juvenis urbanas, sobretudo os chamados *skinheads*. Em segundo lugar, existirá a atuação de grupos “institucionais”, isto é, agrupamentos e grupelhos que buscam alguma espécie de legitimidade ou atuação política *stricto sensu*, enunciando a possibilidade de institucionalização, inclusive por meio de legendas partidárias.

Por fim, existe uma tendência mais *cultural* que política, e que busca disseminar valores próximos ao neonazismo por meio de livros, revistas e publicações escritas, dialogando com a literatura e estabelecendo anseios ou feição pretensamente acadêmicas, sobretudo historiográfica.

DOS CARECAS AOS SKINHEADS

Os primeiros grupos de *Skinheads* no Brasil surgiram na década de 1980 em particular na cidade de São Paulo, no bojo da efervescência do processo de redemocratização. Os movimentos que surgiram no Brasil foram influenciados pela mesma tendência que anteriormente ocorreu na Inglaterra entre as décadas de 1960 e 1980, sobretudo na sua composição estética e comportamental, assim como no desenvolvimento das relações com outros agrupamentos *contraculturais*, em especial os *Punks* (Costa 2000).

No entanto, a especificidade do *skinhead* brasileiro remonta à sua própria origem. Ao contrário do fenômeno britânico, os *skinheads* no Brasil foram antecidos pelos *punks* e, mais que isso, foram uma dissidência interna do movimento *punk* brasileiro.⁶ Com o processo de abertura democrática, algumas tendências do *punk rock* brasileiro passam a ser benquistas pela mídia e opinião pública, perdendo a radicalidade do aspecto contracultural ou mesmo sendo apropriadas por setores das classes médias urbanas, em contraposição à origem suburbana e periférica inicial.

6 Ver: Bivar (1986) y Essinger (1999).

Assim, os primeiros *Carecas* (tradução não literal do termo *skinhead*), surgem como tendência interna, radicalizada no seio do movimento do *punk* brasileiro, com idiossincrasias que se farão notar no decorrer de sua trajetória em autonomia –e contraposição– aos *punks*.

Apesar da especificidade brasileira, os participantes desses movimentos possuíam algumas características em comum aos grupos *skinheads* europeus, em especial em sua origem proletária, radicada em regiões industriais e em bairros de classes médias baixas e baixas. Além disso, havia a similaridade estética expressa nas botas militares, cabeças raspadas, calças jeans com suspensórios, etc.

Os *skinheads* brasileiros surgiram, então, como uma reação contracultural (ou cultura juvenil urbana) da época, com intuito ou prática de rivalizar com determinados grupos suburbanos, destacando aquelas rivalidades produzidas desde a sua fase germinal, expressa, sobretudo na contrariedade às tendências libertárias do movimento *punk*, em especial aos anarquistas e das tendências mais radicais à esquerda.

O fato dessa modificação e definição ocorrer em concomitância ao processo de redemocratização não era mera casualidade. Conforme afirmado, ao passo que esse processo trouxe muitas conquistas aos movimentos sociais outrora silenciados, trouxe também muitas incertezas para parcelas da sociedade brasileira. A estagnação econômica atingiu o país no fim do regime militar, impulsionada pela crise do petróleo de proporções mundiais, que afetou o plano econômico nacional, gerando insegurança social, medo do desemprego e, principalmente nos mais jovens, a incerteza em relação ao futuro. Dessa forma, a falta de perspectiva em torno de uma ascensão social e econômica tomou conta de parte da geração dos anos 1980.

É possível averiguar que essas questões, que atingiam a juventude brasileira, foram representadas em manifestações artísticas e também nas bandas de *rock* que surgem na década de 1980, com letras de teor de protesto, com cobranças direcionadas à própria sociedade e ao Estado, reivindicando maior participação popular e de projetos para a nação, ou mesmo de propostas efetivamente antidemocráticas. Para os jovens filhos de operários a situação era bastante desconfortável, pois não visualizavam perspectivas a médio e curto prazo. A transformação da classe operária, principalmente a partir de movimentos e partidos ligados à esquerda (como o PT), foi sentida principalmente a partir da sua base no ABC paulista, que foi inclusive o principal polo de surgimento de grupos *skinheads* neonazistas no país.

No âmbito da Guerra Fria e nos reflexos de um imaginário anticomunista estabelecido no decorrer da ditadura militar (mas que já estavam presente na sociedade brasileira desde os anos 1930), o medo do socialismo (ou comunismo) visualizado nessas novas formas de organizações da esquerda brasileira, acabou por tensionar algumas parcelas da juventude à organização política contrária. Nessa conjuntura, a extrema-direita brasileira surge (ou é absorvida) como contraponto imediato às frustrações da nascente democracia e à falta de perspectiva de futuro. Em meio às mudanças do capitalismo e dinâmicas do livre mercado, buscavam nos movimentos radicais a solução dos problemas contemporâneos.

Conforme afirmado, no âmbito das culturas juvenis urbanas, houve o surgimento daqueles que se denominavam como *Carecas do Subúrbio*, que apresentavam características semelhantes aos grupos ingleses, como o nível socioeconômico, a proveniência de áreas industriais, os elementos de identificação estética, cultural e comportamental (vestuários, símbolos, músicas, etc.). Na realidade, em seu início, os *Carecas do Subúrbio* tinham como ideais políticos o nacionalismo, união e fraternidade, em referenciais básicos que podem ser observados como um conservadorismo de costumes que possibilitaria à futura afeição à direita política. (Costa 2000)

O ponto de concentração dos *Carecas* se estabeleceu na região metropolitana da cidade de São Paulo (Almeida 2004). Em seu início, eles mantinham relações amistosas com grupos de diferentes tonalidades ideológicas, inclusive por razões de proximidade territorial (vizinhos de bairro, por exemplo), e principalmente pela musicalidade em comum e a origem histórica desse seminal agrupamento *skinhead*.

No entanto, à medida que o processo de redemocratização, com as diversas pretensões de mudanças sociais e projetos de inclusão social das camadas menos favorecidas gerava uma onda de esperança, proporcionava certo temor àqueles que não pensavam os avanços sociais e as lutas por direitos das minorias como fatores eminentemente positivos. É nesse contexto que ocorrerá a filiação dos *skinheads* brasileiros à direita política de inspiração fascista, sobretudo os grupos neointegralistas, que também se inclinavam ao *jogo político*.

De certa maneira, os *Carecas do Subúrbio* representavam uma espécie de contraponto conservador aos avanços progressistas da transição democrática e suas contradições, pois não conseguiam se adaptar na velocidade ou profundidade com que as transformações sociais exigiam.

Assim, esse medo do desconhecido colaborou para que os *Carecas* iniciassem um processo de construção ideológica, aliando os valores conservadores de sua própria identidade (enquanto cultura juvenil) às tendências políticas já existentes, de modo a encontrar algo que fortalecesse ideologicamente o movimento e fornecesse embasamento para que tivessem capacidade de expressar seus anseios mais diversos.

Em outras palavras, havia a necessidade de criar legitimidade política aos *Carecas do Subúrbio* como forma de contraponto às mudanças sociais, sob pena do movimento perder ou não acompanhar a dinâmica dessas transformações. Surgia, então, um ponto de tensão onde a relação desses *skinheads* com grupos de tendência contrária (como os *punks* e anarquistas) torna-se insustentável, pois os *Carecas* passam a assumir definitivamente uma postura conservadora, patriótica e nacionalista de direita.

Esse processo de cisão e definição de uma natureza específica dos *Carecas* fica nítido a partir das artes gráficas que compõem as capas dos álbuns da banda *Vírus 27*, uma das precursoras dos *Carecas*, no estado de São Paulo. Em seu primeiro álbum, intitulado *Parasitas Obrigatórios* (1986), nota-se um ambiente repleto de *Punks* e *Skinheads*, retratando o início da cena *skinhead* no Brasil, marcada pelo convívio relativamente harmonioso com grupos *punks*.

O álbum posterior da banda, lançado em 1988 e intitulado *Brasil Oi!*, é caracterizado pela perspectiva nacionalista, seja nos componentes visuais (cores, símbolos) ou no próprio título. A distinção fica evidente, onde a imagem de ordem contradiz com a desordem que lhe antecede.

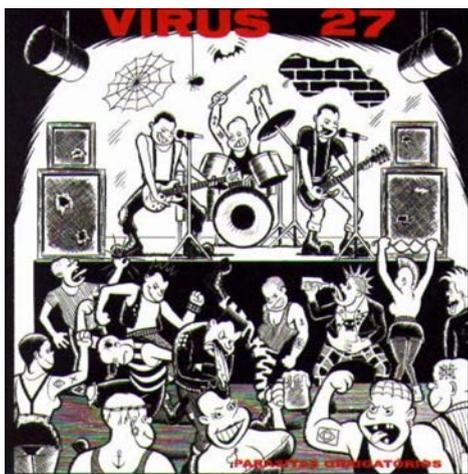


Figura 1. Vírus 27, *Parasitas Obrigatórios* (1986). Reprodução.



Figura 2. Vírus 27, *Brasil Oi!* (1988). Reprodução.

Expressa e fundamentada na defesa dos pouco definidos “interesses nacionais”, assim como de uma nacionalidade atrelada especialmente à manutenção dos territórios e fronteiras nacionais, mas sobretudo em contrariedade às organizações de esquerda (partidos, movimentos sociais, etc.), os *Carecas* passam a impor uma agenda e discurso político mais particular.

Além disso, a crítica e o distanciamento aos antigos setores relativamente próximos, definiu também para que houvesse um acirramento interno aos próprios *Carecas do Subúrbio*, inicialmente com a aproximação às tendências historicamente majoritárias da extrema-direita brasileira (em especial os Integralistas, principal tradição política de inspiração fascista no país) para posteriormente –na realidade, de modo quase concomitante– formarem um grupo enunciadamente neonazista, os chamados *Skinheads White Power*.

Encorajados e inspirados por tendências internacionais que pretendiam a gangue como uma fraternidade, ao nacionalismo extremista e mais agressivo, essas características passam a ser almeçadas por tendências dessa organização brasileira (Costa 2000). É necessário observar que esse processo de reformulação dos *Carecas do Subúrbio* não foi realizado de forma pacífica, tampouco abrupta. De fato, as ideias de mudanças internas não eram uma unanimidade entre os membros, de modo que esse processo foi marcado por diversos conflitos internos –inclusive agressões físicas, visto que o grupo

não era homogêneo (e jamais o foi) e possuía diversas facções— derivadas de diversas questões, como a relação com grupos políticos institucionais, questões ligadas à territorialidade urbana, etc. (Costa 2000)

Não somente por essas razões enunciadas, mas também por questões relacionadas às dinâmicas próprias de culturas juvenis urbanas, essas tendências disputavam a liderança do movimento de modo constante. O processo registrou constantes conflitos, que levaram ao fim do grupo enquanto unicidade *skinhead* brasileira e resultou em uma diversidade de outros grupos espalhados por São Paulo e região metropolitana, em que todos reivindicavam o nome e legado do movimento para si.

É necessário ressaltar, para compreender a especificidade do caso brasileiro, que em seus primórdios os *Carecas do Subúrbio* eram compostos por membros de diversas etnias, de modo que não partilhavam ou enunciavam o conceito de segregação racial. Esse é o traço mais marcante no começo do movimento *skinhead* no Brasil. Os grupos eram compostos em sua maioria por operários da Zona Leste da cidade de São Paulo e qualquer pessoa, dentro dos restritivos padrões previamente dispostos, poderia participar do grupo, sem exclusão à participação de pardos e negros (Salem 1995).

Nessa primeira fase, não havia utilização da simbologia nazista, muito menos do preconceito racial; o discurso majoritário era composto por princípios norteadores básicos, como o culto ao físico, a prática da defesa pessoal e contrariedade à utilização de drogas ilícitas. A partir da cisão dos *Carecas*,⁷ os dissidentes começaram a simpatizar com algumas ideias nazistas e utilizar seus símbolos referenciais e históricos, em especial a suástica nazi, assim como slogans como “Em defesa da Raça Paulista” e “Poder Branco”.⁸

Em um primeiro momento, empregavam tal simbologia como forma de autoafirmação do grupo enquanto movimento radical, para posteriormente, impor a autoridade pela violência física, verbal e simbólica, principalmente à imposição mediante agressões físicas em ruas dos grandes centros urbanos brasileiros, rivalizando constantemente com grupos rivais de diversas configurações (Almeida 2004).

A incorporação da suástica e a presença da ideologia nazista no grupo *Carecas do Subúrbio* geraram conflitos entre seus membros, pois parte do grupo não aceitava a segregação racial como base primordial da ideologia. Partiam do pressuposto que no Brasil seria impraticável o racismo, como entendimento reflexo do mito da democracia racial brasileira, em que a miscigenação e o convívio diário com pessoas etnicamente diversas impediriam o emprego de tal dinâmica.

É fortuito observar, contudo, que a prática de preconceito já estava disseminada internamente, pois parcelas significativas do grupo afirmavam a contrariedade à migração interna (do Norte e Nordeste brasileiro às regiões do Sul e Sudeste), e discrimi-

7 Na realidade, a criação de derivações internas dos *Carecas* corresponde ao processo da construção de uma identidade própria do grupo. Ela decorre à medida que se afastam dos *Punks* e buscam criar referências à identidade particular, para além de questões estéticas e indumentárias.

8 Ver: Oliveira, Lúcia Helena. Neonazistas invadem rádio nordestina em SP. *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro de 1992, p. 12.

navam nordestinos, judeus e homossexuais. Seria dessa disputa interna que haveria a criação, por meio de membros dissidentes, dos *Carecas do ABC* e o *Poder Branco*, tradução literal de *White Power*.

Ainda sobre esse processo de transformação dos *Carecas* no Brasil, são três principais motivos que levaram ao declínio da unicidade *skinhead* brasileira pelos *Carecas do Subúrbio*: o primeiro, no desejo de politização do grupo e da criação de ideais claros e coerentes; o segundo, na falta de estrutura, organização e de uma hierarquia bem definida; e por fim a tendência neonazista, que seduziu parcelas significativas desses indivíduos. Essa última característica, que possuía maior apelo simbólico e identidade política, causou forte e imediato impacto na mídia nacional. (Almeida 2004, p. 38)

Fosse na reprodução da simbologia nazista dos *fanzines* produzidos pelo grupo, ou mesmo nas saudações nazistas e da disciplina das *SS Schuzstaffen* que supostamente influenciaram o comportamento deles, houve um princípio de mobilização interna, de modo que os *Skinheads* neonazistas passaram a desempenhar uma tendência autônoma e independente, mais radical e intolerante aos já conservadores e intolerantes *skinheads* brasileiros.

Essa mudança teve rápida aceitação em vários estados do Brasil, notadamente na região Sul e Sudeste, que aos poucos aderiram às novas perspectivas e às linhas de pensamento da denominada *Força Branca*, os *White Power*.⁹ Ao contrário dos grupos que originaram os *skinheads* no Brasil, estes tinham como características fundamentais o racismo exacerbado e o nacional-socialismo como plataforma ideológica e principalmente como ordenação das relações de irmandade e fraternidade do próprio grupo.

Os grupos *White Power* se proclamavam “herdeiros” do patrimônio genético europeu para se autoneomarem *superiores*. Dessa maneira, as outras e majoritárias etnias presentes no Brasil são qualificadas como *pragas* e *sanguessugas*, pois segundo os neonazistas elas *destroem e corrompem* a comunidade onde vivem.

Esse “retorno” às ideias do arianismo tinha como fundamento a busca por ideologias do passado, que edificavam as aspirações dos grupos extremistas, sobretudo pela necessidade de fundamentar seus argumentos a partir de (e para) uma imaginada *superioridade racial*. No âmbito do discurso, o objetivo se volta para sua pretensa afirmação enquanto líderes naturais da civilização, embora absolutamente distante enquanto da realidade política nacional e qualquer via institucional de representação, inclusive pela sua hierarquia interna pouco definida.

As produções sobre o neonazismo durante a década de 1990 abordaram o emergir dessas práticas como mero fenômeno político de pequenos grupos isolados, talvez fruto do caráter dessas mobilizações e suas escassas informações, que não permitiam observar com maior rigor e profundidade analítica a ideologia dos diferentes grupos,

9 O termo “*White Power*” surgiu nos EUA, durante um debate entre George Lincoln Rockwell, líder do Partido Nazista Americano, e lideranças dos *Panteras Negras*. Ou seja, trata-se de um discurso de afirmação da suposta supremacia caucasiana nos Estados Unidos em contraponto aos movimentos de luta pelos direitos civis. Posteriormente, o termo veio a se tornar o título do jornal do referido partido político.

pois se tratava internamente de um período de construção e amadurecimento das ideias. Os estudos dos grupos neonazistas no início se pautavam em suas influências, seu comportamento e suas diferenças para com outros grupos radicais.

É necessário ressaltar que essa tendência do neonazismo brasileiro buscou inspirações em suas composições ideológicas, de costumes e comportamentos na perspectiva (neo)nazifascista, predominante na Europa Ocidental. De fato, historicamente, o Brasil não possui sólidas raízes com o nacional-socialismo, apesar da existência de diversos simpatizantes e militantes durante as décadas de 1930 e 1940, assim como de lendas partidárias. Além disso, já existiam em contexto internacional, agrupamentos *skinheads* neonazistas, de modo que essas experiências serviram como parâmetro ou inspiração para os *white power* brasileiros.

Assim, é fundamental ressaltar que, para essa tendência contemporânea, suas relações não possuem relação profunda com esse passado pouco imediato, sendo idealizado como algo construído exclusivamente a partir da década de 1980, como um fenômeno social inédito e desvinculado do movimento original. No entanto, no imaginário desses grupos persiste a relação com uma dinâmica ou estrato histórico, em especial na perspectiva de observar a região sul do Brasil como um território de permanência de uma ancestralidade ítalo-germânica imaculada (ou simplesmente europeia), assim como o fato de ter ocorrido efetivas organizações nazistas (e fascistas) nos estados do sul e sudeste brasileiro.¹⁰

A perspectiva de buscar no sul do país a pureza identitária perdida no panorama *caótico* da redemocratização brasileira é ao mesmo tempo pretensamente autônoma à própria história, mas profundamente ligada a um imaginário social específico.

É evidente que elementos do conservadorismo e sobretudo as ideias fascistas são influências fundamentais para esses grupos, mas diferentemente da Europa, onde os movimentos neonazistas existem (ou simplesmente persistem) desde o pós-guerra, no caso brasileiro inexistente a ligação direta entre as gerações dos seus militantes com o histórico do movimento original, ao menos no caso referente ao nacional-socialismo.

Isso auxilia a compreender o exposto anteriormente, isto é, que o neonazismo no Brasil tem tendência a uma maior especificidade, pois ele se apresenta em diferentes expressões: a primeira identificada é na forma de agrupamentos juvenis urbanos, compostos por pequenos grupos, com inspiração e aspiração paramilitar, sendo a mais bruta, violenta e radicalizada variação do fenômeno. Foi a primeira expressão neonazista a aparecer com algum impacto no Brasil, em geral composta por jovens (e adolescentes) do sexo masculino, de classe média baixa, em que motivações de pertencimento perpassam razões como conflitos físicos, perseguições a minorias e, em tese, a fundação de uma nova, distante e idealizada sociedade. Em grande medida, seus principais alvos são negros, homossexuais, moradores de rua, assim como grupos *punks* e de movimentos sociais.

10 Ver: Gertz (1987) y Athaides (2011).

As relações com organizações internacionais, em especial na América Latina, são mais recentes. Na realidade, no âmbito *skinhead*, ela só foi possível a partir da radicalização interna, isto é, ao assumir o papel de intransigência neonazista em seu próprio campo cultural e político. Ao negar a relação com outros grupos *skinheads* não racistas existentes no Brasil (como os *Carecas*) e as diversas tendências da direita radical brasileira, foi impulsionado um espaço de interlocução, que ecoa em especial na Argentina, país vizinho e fronteiro aos estados do Sul. O grupo Divisão 18 é, talvez, a principal expressão de interlocução latino americana, entre neonazistas brasileiros e argentinos, inclusive com bandas musicais do gênero RAC, ou *Rock Against Communism*. (Almeida 2013)

O NEONAZISMO EM PERSPECTIVA INSTITUCIONAL

Do ponto de vista institucional, a trajetória, em dimensões históricas, da tentativa de criação de organizações políticas (ou mesmo movimentos de cunho cívico) de orientação neonazista é efêmera e residual. Assim como os grupos *skinheads* no Brasil, essa tendência ocorreu também como reflexo do período de redemocratização. E apesar de sua perspectiva eminentemente antidemocrática, buscou se valer de um novo espaço político disponível, isto é, a democracia pluripartidária.

O principal entusiasta dessa vertente do neonazismo brasileiro, foi Armando Zanine Júnior, um antigo oficial da Marinha Mercante brasileira, que tentou fundar, por volta de 1988, o *Partido Nacional-Socialista Brasileiro* (PNSB), com evidente apreço ao nacional-socialismo germânico e suas teses racialistas e antisemitas. Defendia a pena de morte aos crimes de corrupção, a possibilidade de reforma agrária e princípios da eugenia como instrumento de melhoramento da sociedade brasileira.

Embora afirmasse contrariedade às distinções raciais, pregava publicamente os ideais nacional-socialistas e a defesa de Adolf Hitler.¹¹ Ensaiou, também, assim como o referencial britânico (do partido *National Front*), a cooptação das juventudes *skinheads*, embora sem qualquer grau de efetividade. Por razões da legislação, mas também pela tônica antiautoritária do período, o partido teve o registro negado pela justiça eleitoral.

É necessário ressaltar que Armando Zanine Jr. buscou efetivar uma alternativa partidária para a extrema-direita brasileira no momento da transição democrática, mas sua atuação política não se restringiu exclusivamente a essa experiência.

Durante a ditadura civil-militar, Zanine Jr. filou-se à *Aliança Renovadora Nacional* (Arena), legenda de sustentação ao regime militar, pelo qual foi candidato não-eleito a deputado estadual pelo Rio de Janeiro, em 1966.¹² Ainda durante os anos 1960, Zani-

11 Cf. Nazista brasileiro faz lista para formar partido. *Jornal do Brasil*, 27 de março de 1988, p. 5.

12 Cf. Candidatos da ARENA ao pleito de 15 de Novembro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1966, p. 07.

ne Jr. fundou a *Falange Patriótica*, organização anticomunista de inspiração fascista, que teve existência até a década de 1980. Em 1982, aderiu ao Partido Democrático Social (PDS) e concorreu novamente ao cargo de deputado estadual.¹³ Isso auxilia a compreender algo aventado anteriormente, de que a congregação de diversas correntes da direita brasileira durante o regime militar seria sucedida por uma fragmentação ao longo da transição democrática.

Disso decorre a disputa existente, inclusive em siglas partidárias que não chegaram a ser formalmente estabelecidas. Além da tentativa em criar o PNSB, Armando Zanine Jr. idealizou, também, o *Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro* (PNRB), no início dos anos 1990. Nessas duas iniciativas, o grupo utilizava a distribuição de jornais e boletins como forma de divulgação da causa.

Um deles era o Jornal “Pátria Livre”, que sob o lema “Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil” (extraído do Hino de Independência do Brasil), circulava em capitais da região Sul e Sudeste. Em Curitiba, a revista foi denunciada à Polícia Federal. Embora a ação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná fosse motivada pelo teor nazista do impresso, o argumento utilizado foi a inexistência de profissionais gabaritados para o empreendimento.¹⁴

Tanto no caso do PNSB quanto do PNRB, as experiências foram marcadas pela absoluta efemeridade e ilegalidade, atestando a inexistência de uma via partidária ao neonazismo no Brasil. Nesse aspecto, a experiência brasileira é divergente de alguns casos observados nos demais países da América Latina (Caro 2007).

No Paraguai, o *Partido Nacional Socialista* aproveitou-se de semelhante espaço de redemocratização tardia (ou terceira onda da democracia) e investiu sobre o sistema eleitoral do país. No entanto, o período de legalidade da organização foi curta, sendo extinto em 1993 (Arditi 1989, pp. 24-32). Relação similar ocorreu na Argentina, com a criação do *Partido Nuevo Triunfo*, de Alejandro Biondini. (Almeida 2012) Apelando para a utilização de aspectos ideológicos, estéticos e indumentários do nazismo clássico, Biondini buscou se inserir como alternativa da extrema-direita argentina, que é marcado por um cenário político mais amplo e diversificado se comparado ao caso brasileiro. Ainda que relegado às franjas políticas e sem qualquer peso político concreto, é um caso dissonante da tentativa brasileira, paraguaia, etc.

O NEGACIONISMO DO HOLOCAUSTO

A tendência do neonazismo no Brasil com maior impacto político ao fim da transição democrática foi, provavelmente, fruto daqueles que se denominam *reversionistas históricos* e que operaram em uma camada de intersecção entre a via política institucional praticamente inexistentes, agrupamentos *skinheads* e o campo literário. São, na reali-

13 Cf. *Jornal do Brasil*, 31 de outubro de 1982, p. 08.

14 Revista Nazista denunciada à PF. *Correio de Notícias*. 18 de fevereiro de 1988, p. 7.

dade, escritores que, por detrás de um discurso supostamente acadêmico, buscam relativizar ou negar o Holocausto, as câmaras de gás, ou mesmo acontecimentos cruciais para o desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial.

Por meio de um discurso profundamente antissemita e conspiracionista, almejam construir uma pretensa historiografia paralela, onde a premissa da revisão da história é, na realidade, um instrumento de revitalização do nazismo, seus discursos ou, ao menos, alguma forma de isenção de culpa. A relação internacional nessa expressão do neonazismo no Brasil é imediata e averiguável.

Seja na tentativa de criação de organizações similares ao norte-americano *Institute for Historical Review*, ou na tradução de diversas obras do tipo escritas por autores estrangeiros oriundos do leste europeu à América do Sul, os autointitulados revisionistas (também chamados de *negacionistas*) (Jesus, 2006) do holocausto relacionam-se com seus congêneres. No caso brasileiro, por exemplo, a internet serviu como espaço de interlocução, em especial entre brasileiros, argentinos e chilenos, sobretudo pelo ciberespaço do *website* argentino *Libre Opinión*. (Silva, Maynard 2010)

Para esses autores desse campo, essas obras têm por objetivo revisar a História com o intuito de reescrevê-la da forma mais *imparcial* possível. A falácia argumentativa é evidente, pois essas obras servem não somente como princípio de retificação da culpabilidade nazista, mas também como literatura para os militantes e entusiastas neonazistas das mais diversas organizações existentes. De fato, além de *Mein Kampf* de Adolf Hitler, as produções que revisam o holocausto são as maiores fontes utilizadas para o desenvolvimento da militância neonazista nesse período, pois estimulam uma visão distorcida da realidade histórica e o princípio de comunhão entre os antigos nazistas e os efetivamente neonazistas.

No Brasil o maior produtor de obras sobre a negação do holocausto foi Siegfried Ellwanger Castan, escritor e proprietário da Editora Revisão, seguido de Sérgio Oliveira, autor de obras como “Hitler: Culpado ou inocente?” (Oliveira 1989) e “Sionismo x Revisionismo” (Oliveira 1993). Além de autores brasileiros, a Revisão Editora traduziu e publicou obras de autores estrangeiros, como Henry Ford (“O judeu internacional”) e Louis Marschalko (“Os conquistadores do mundo”) e Robert Faurisson (“Quem escreveu o diário de Anne Frank?”).

Além dos argumentos antissemitas, que “denunciavam” uma suposta conspiração judaica mundial e empreendiam sistemáticas tentativas de negação do holocausto, as capas dos livros publicados pela Revisão editora fomentavam a reprodução de um imaginário antissemita típico do regime nazista.

A ilustração da capa de “O judeu internacional” (Ford 1989) na versão brasileira de 1989, era uma releitura do cartaz “Hinter den feindmächten: der jude” [em tradução literal: “Por detrás das potências inimigas: o judeu”], produzida em 1940, pelo governo nazista. Em ambas as representações, o indivíduo judaico é representado pelas feições faciais (o nariz adunco, em especial), e suas ações são tomadas como não evidentes, dispostas por detrás de cortinas do “espetáculo das nações”.



Figura 3. O judeu internacional.



Figura 4. Hinter den Feindmächten: der Jude (1940).

É necessário observar, mais uma vez, que a criação da editora, fundada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, coincide com o período em que os neonazistas ascendem no Brasil, justamente no momento da redemocratização em 1985, sendo, portanto, espaço fundamental para a reprodução de teorias notadamente antissionistas (e, na realidade, profundamente antisemitas) e antidemocráticas. A similaridade entre os ideais, embora não tenha fornecido a intensa colaboração entre os grupos ou criação de um projeto uníssono, suscitou momentos de interação.

É possível citar, como exemplo, indícios da relação entre Armando Zanine Jr. (PNSB/PNRB) e Siegfried Castan (Revisão Editora). Na cidade do Rio de Janeiro, durante a IV Bienal Internacional do Livro realizada em 1989, a Revisão Editora apresentou as obras ao público. Apesar da manifestação de grupos contrários à editora (entidades de Direitos Humanos, organizações judaicas e grupos antirracistas), o evento contou com alguns apoiadores, entre eles, Zanine Jr.¹⁵

Quanto ao impacto da *Revisão* no mercado editorial brasileiro, a principal obra de circulação da editora foi “*O Holocausto Judeu ou Alemão: Nos Bastidores da Mentira do Século*”, de autoria de Siegfried Ellwanger Castan. Na obra, que se tornou uma espécie de *best-seller* desta panfletária subliteratura negacionista, o autor afirma que os fatos do Holocausto e da Segunda Guerra Mundial teriam sido distorcidos pelo *sionismo*

15 Ver: Costa, Cristiane. Hitler domina festa inaugural. *Jornal do Brasil*, 25 de agosto de 1989, p. 5.

internacional, seja como instrumento de garantia à criação do Estado de Israel, mas sobretudo para a culpabilização do povo alemão (Caldeira Neto 2009).

Em se tratando de um período de redemocratização e no qual as discussões sobre os limites da justiça e do alcance da autoridade do Estado eram contínuos, após o lançamento do livro ocorreu intensa repercussão na grande imprensa brasileira, de modo que os debates sobre o negacionismo tomaram grandes proporções. O livro sobre o holocausto (ou, mais propriamente dito, em negação do Holocausto) foi o primeiro a ser lançado pela editora em 1987, estabelecendo forte impacto nos momentos iniciais da redemocratização, sobretudo na comunidade judaica brasileira.

Siegfried Castan, assim como a Revisão Editora, foi processado diversas vezes por racismo e discriminação por grupos de defesa dos direitos humanos e de entidades judaicas. O impacto da questão foi tamanho, que o caso chegou até a mais alta instância jurídica brasileira, o Supremo Tribunal Federal (STF). O processo-crime iniciado no Tribunal de Justiça do Rio Grande, sob número 1397026988-08720 condenou o editor negacionista, cujo pedido de *habeas corpus* (n. 82.424-2) foi negado pela ampla maioria dos ministros do STF brasileiro.

Em O *Holocausto Judeu ou Alemão: Nos Bastidores da Mentira do Século*, Castan procura negar o holocausto, apresentando supostas fontes e relatos de sobreviventes dos campos de concentração, buscando explicar aos leitores que a história da Segunda Guerra Mundial seria uma deturpação da realidade, sendo a síntese da “história oficial” escrita pelos *vencedores*, portanto tendenciosa e articulada para beneficiar os aliados (Castan 1985).

O autor busca articular seus argumentos indicando os “*verdadeiros culpados*” e únicos interessados em provocar a guerra, isto é, os judeus enquanto comunidade internacional e internacionalizante. Com base na argumentação de um plano sionista para dominação mundial, exploração e expropriação dos recursos da Alemanha cuja inspiração remonta aos “Protocolos dos Sábios de Sião”, S.E Castan intenta justificar a legitimidade de grande maioria das ações do Partido Nazista como uma espécie de resposta a supostas constantes agressões sionistas.

Como o principal objetivo do livro e da literatura negacionista é absolver não apenas e especificamente a Alemanha, mas principalmente Adolf Hitler e o regime nazista, o enfoque principal será a negação do holocausto como fato histórico. A fusão entre o negacionismo e a ideologia hitlerista foi o caminho escolhido pelos autores, assim como a razão de seu impacto às demais correntes do neonazismo brasileiro (e internacional). É, para eles, o princípio de argumentação, sustentação e absolvição histórica. Por isso, embora não busque uma efetiva atuação institucional (do ponto de vista de partidos políticos), tampouco a atuação de cooptação da juventude ou das massas, foi, no momento da redemocratização brasileira, a corrente e tendência do neonazismo brasileiro que mais angariou repercussão, entusiastas e simpatizantes.

Esse impacto social não significou, em contrapartida, qualquer princípio de legitimidade histórica e judicial desses indivíduos e iniciativas. De fato, não apenas S. E.

Castan, mas grande parte dos negacionistas estão umbilicalmente ligados a grupos e organizações de extrema-direita, de modo que a interlocução dessas obras se limita, em grande medida, a leitores e organizações pró-nazistas, neofascistas ou simplesmente antisemitas.

As discussões propostas pelos negadores do Holocausto vão no sentido do imaginário conspiracionista, sendo uma espécie de premissa de inteligibilidade basilar, comum a diversas organizações radicais, e também como elemento de estruturação de diversos grupos antidemocráticos, pois proporcionam a construção de uma espécie de realidade paralela, operacionalizável e vantajosa para esse nicho do campo político brasileiro e latino-americano. Por essas razões, tornou-se a principal tendência neonazista brasileira no cenário de redemocratização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período da transição democrática no Brasil coincide com o surgimento de novos agrupamentos e organizações neonazistas. No entanto, cabe ressaltar que esse processo há de ser analisado em sua exata dimensão. Embora essas manifestações podem ser analisadas à luz das “brechas” advindas pela democratização, é necessário ressaltar que a grande maioria desses fenômenos tratam-se, na realidade, de reações à própria democracia.

Dessa maneira, ao observar essa condição tripartida do neonazismo (que, para efeito, pode ser caracterizado como uma noção para fins analíticos), é possível afirmar que existe uma especificidade do caso brasileiro, amparada tanto nas tradições históricas brasileiras, mas principalmente pelo ambiente contextual da transição conservadora e redemocratização tardia.

Alguns estudos realizados por intelectuais brasileiros e europeus,¹⁶ tratam o neonazismo a partir de uma perspectiva global em razão da dimensão internacional do fenômeno, o que é dotado de verossimilhança, afinal de contas os *skinheads*, o negacionismo e as novas formas de organizações partidárias da extrema-direita são fenômenos de amplitude transnacional.

Todavia, dimensionar o caso brasileiro (e, também, algumas expressões na América do Sul) como uma espécie de mimetismo ideológico e social incorreria na simplificação da questão. Acreditamos que o processo que levou à redemocratização no país e também às suas consequências concretas na sociedade, como as alterações políticas e sociais, tiveram papel fundamental (importante, embora não essencial) para o desenvolvimento do neonazismo no Brasil com suas especificidades.

É necessário, assim, questionar se esse processo foi impulsionado por uma espécie de repetição dos fenômenos internacionais ou de alguma forma de *resposta* da extrema-direita brasileira, de orientação neonazista, ao novo panorama político e

16 Ver: Costa (2001), Dias (2007), Herf (1993), Hockenos (1995), Lopes (1992) y Salem (1995)

democrático. Conforme observado, o extremismo defendido por *skinheads* e demais manifestações neonazistas é, em certa medida, uma resposta imediata ao suposto desmonte da sociedade que conheciam. Em seus imaginários, práticas e representações, o neonazismo brasileiro enxergava o processo de redemocratização como o início do colapso da sua sociedade.

Dessa maneira, ainda que o neonazismo no Brasil tenha surgido como movimento de combate aos movimentos sociais libertários e de esquerda com atuação em grande parte do mundo, a definição da existência e atuação dessas expressões enquanto ser social esteve profundamente ligada às especificidades nacionais, que deram tônica à sua complexidade.

É necessário pontuar, inclusive, que parte dessa especificidade no período “embriônico” do neonazismo no Brasil ocorria devido ao baixo índice da utilização de veículos de comunicação que possibilitavam o intermédio entre o local e o internacional. Essa deficiência na lógica de interação entre organizações de extrema-direita dentro do Brasil (e sobretudo em dimensões transnacionais) viria a ser relativamente suprida após o surgimento de novas tecnologias e sua popularização no Brasil, em especial a internet.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A., 2004. *Skinheads: Os “Mitos Ordenadores” Do Poder Branco Paulista*. São Paulo – Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.
- , 2013. A Divisão 18: a identidade de resistência de uma organização Skinhead White Power Argentino-brasileira. *Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades*. Vol. 11, pp. 1-21.
- ALMEIDA, F. C., 2012. A “nova” Extrema-Direita: o caráter grupuscular das organizações neofascistas em Portugal e na Argentina. *Locus*, vol. 18, pp. 187-208.
- ARDITI, B., 1989. Adiós a Stroessner: Nuevos espacios, viejos problemas. *Nueva Sociedad*, n.102, pp. 24-32.
- ATHAIDES, R., 2001. *O Partido Nazista no Paraná (1933-1942)*. Maringá: Eduem. p. 224.
- BILLIG, M. 1992. The Extreme Right: Continuities in Anti-Semitic Conspiracy Theory in Post-War Europe. En: R. EATWELL y N. O’SULLIVAN. *The Nature of the Right: American and European Politics and Political Thought Since 1789*. London: Printer Publishers, pp. 146-167.
- BIVAR, A., 1986. *O que é Punk?*. São Paulo: Brasiliense, p. 184.
- CALDEIRA NETO, O., 2012. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. *Antíteses*, 2009. – vol. 02 – p.1-27.
- CARO, I., 2007. *Extremismos de derecha y movimientos neonazis (Berlin, Madrid, Santiago)*. Santiago: LOM Ediciones, p. 362.
- CASTAN, S.E., 1985. *Holocausto: Judeu ou Alemão? – Nos Bastidores da Mentira do Século*. Porto Alegre: Revisão Editora, p. 318.
- COSTA, M. R., 2000. *Os carecas do subúrbio: caminhos para o nomadismo moderno*. São Paulo: Musa, p. 232.
- DIAS, A. A. M., 2007, *Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet*. Campinas: Unicamp, p. 207.
- ESSINGER, S., 1999. *Punk – Anarquia Planetária e a Cena brasileira*. São Paulo: Ed. 34, p. 259.
- FORD, H. 1989. *O Judeu internacional*. Porto Alegre: Revisão, p. 289.

- GERTZ, R., 1987. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 205.
- GRIFFIN, R., 2003. From slime mould to rhizome: an introduction to the groupuscular right. *Patterns of Prejudice*. Vol. 37, n. 1, pp. 27-50.
- HERF, J., 1993. *O modernismo reacionário*. Campinas; São Paulo: Ed. Unicamp; Ensaio, p. 318.
- HOCKENOS, P., 1995. *Livres para odiar. Neonazistas: ameaça e poder*. São Paulo – Scritta, p. 383.
- JESUS, C.G.N., 2006. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revista Editora Revisão e as estratégias da intolerância*. São Paulo: Editora UNESP, p. 243.
- LAQUER, W., 1996. *Fascism: Past, Present, Future*. Oxford: Oxford University Press, p. 273.
- LOPES, L. R., 1992. *Do terceiro Reich ao novo nazismo*. Porto Alegre : Ed. UFRGS, p. 163.
- MARCHI, R., 2011. Movimento Sociale Italiano, Alleanza Nazionale, Popolo delle Libertà: do neofascismo ao pós-fascismo em Itália. *Análise Social* – 2011. – vol. XLVI (201), p. 697-717.
- MILZA, P., 1987. *Fascisme français: passé et présent*. Paris: Flammarion, p. 319.
- OLIVEIRA, S., 1989. *Hitler: Culpado ou inocente?* Porto Alegre: Revisão, p. 150.
- , 1993. *Sionismo x Revisionismo - Fantasia x Realidade*. Porto Alegre: Revisão, p. 90
- PIERUCCI, A. F., 1987. As bases da nova direita. *Novos Estudos (CEBRAP)*, n. 19, pp. 17-24.
- POWER, T. J., 2000. *The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization*. Universit Park: Pennsylvania State University Press, p. 385.
- REIS FILHO, D. A., 2010. Ditaduras, Anistia e Reconciliação. *Estudos Históricos*, v. 23, n. 45, pp. 171-186
- SADER, E., 2001. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 181.
- SALEM, H., 1995. *As tribos do mal: o neonazismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Atual, p. 199.
- SILVA, K. K. J. & D. C. S. MAYNARD, 2010. Intolerância Digital: história, extrema-direita e cibercultura (1996-2006). *Scientia Plena* – 2010. v. 6, n. 12., p. 17-28.
- VALE, A. L. F., L. C. LIMA & M. G. BONFIM, 2004. Século xx: 70 anos de imigração interna no Brasil. *Textos & Debates*, n. 7. pp. 22-43.
- VIZENTINI, P. F., 2000. O ressurgimento da extrema-direita e do neonazismo: a dimensão histórica e internacional En: L. MILMAN & P. F. VIZENTINI. *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 47-75.
- WINOCK, M., 1994. *Histoire de l'extrême-droite en France*. Paris: Éditions du Seuil, p. 381.